



Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP

Belo Horizonte, ano 13, n. 155, nov. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ O papel dos controles internos para garantia da probidade na gestão pública: uma análise prática de convênios
Denis Moreira Monassa Martins, Rodrigo Crelier Zambão da Silva
- ◆ O novo regime jurídico das parcerias voluntárias
José dos Santos Carvalho Filho
- ◆ Livre concorrência, livre iniciativa e desenvolvimento: o papel da Nova Lei Antitruste brasileira na promoção do direito da infraestrutura
Otacílio dos Santos Silveira Neto
- ◆ A transferência de recursos nos ajustes de parceria com o Terceiro Setor e o risco das instituições financeiras sob a perspectiva das agências de rating: um mecanismo de tutela do recurso público
Rafael Arruda Oliveira
- ◆ Análise do novo Decreto do Sistema de Registro de Preços, nº 7.892/13, quanto à utilização da Ata de Registro de Preço por órgão ou entidade não participante: estudo comparativo com as principais críticas da doutrina e jurisprudência
Tassiana Pacífico Souza

Direto ao Ponto

- ◆ Alteração de produtividade nos contratos de serviços contínuos
Jaques Reolon

Orientações Práticas em Gestão Pública

- ◆ Contratação de serviço de vigilância e convenção coletiva

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

Controle externo – Constituição do Estado do Tocantins – Emenda Constitucional nº 16/2006, que criou a possibilidade de recursos, com efeito suspensivo, para o Plenário da Assembleia Legislativa das decisões tomadas pelo Tribunal de Contas do Estado – Possibilidade de a Assembleia Legislativa sustar contratos, licitações e eventuais casos de dispensa de licitação – Inconstitucionalidade

- ◆ **Tribunal de Contas da União**
Concorrências – Restrição à competitividade – Irregularidades no edital licitatório – Pareceres jurídicos pró-forma – Irregularidade – art. 38 da Lei nº 8.666/93
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**
Administrativo – Convênio – Inscrição de Município em cadastro de inadimplentes – SIAFI – CADIN – CAUC – Obras concluídas – Art. 26, da Lei nº 10.522/02 – Art. 25, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Verbas de natureza social – Exigência do cumprimento do pactuado com a União e Caixa Econômica Federal Tribunal
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**
Constitucional e Administrativo – Ação popular – Contratação direta para realização de concurso público – Art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93 – Possibilidade – Inexistência de imoralidade e de lesão ao patrimônio público – Licitude do certame
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**
Ação civil pública – Improbidade administrativa – FUNDEF – Transporte escolar – Fraude em licitação – Contratação de veículos inadequados – Acórdão do Tribunal de Contas dos Municípios – Retirada da nota de improbidade – absolvição do réu pela sentença em relação às licitações – Agir do Poder Executivo dentro da reserva do possível – Realidade brasileira – Improcedência total da ação

Consultas - Tribunais de Contas

- ◆ **Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco**
Consulta – Locação de imóvel pertencente a Vereador municipal – Licitação dispensável – Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93 – Atendimento de finalidades precípua da Administração – Necessidades de instalação e localização – Valor de mercado compatível – Indispensabilidade de avaliação prévia – Possibilidade em caráter excepcional
- ◆ **Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**
Consulta – Contratação de empresa prestadora de serviços de consultoria e assessoria tributária – Cláusula de pagamento de sucesso – Art. 13, III, da Lei nº 8.666/93

Ementário

- ◆ Concessão e Permissão
- ◆ Contratação Direta
- ◆ Contrato Administrativo
- ◆ Controle Interno e Externo
- ◆ Convênio
- ◆ Licitação

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Constitucional
- ◆ Contratação Direta
- ◆ Controle Interno e Externo
- ◆ Licitação

Legislação Comentada

- ◆ Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 57)

Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação



Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP

Belo Horizonte, ano 13, n. 156, dez. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ Transferência do contrato de concessão
Adilson Abreu Dallari

- ◆ Jurisprudência do STF sobre competência dos tribunais de contas para determinarem ao Poder Executivo anulação de contrato administrativo e sua suspensão
Alexandre Aroeira Salles

- ◆ O contrato administrativo e os limites do poder de alteração unilateral
Bruno Oliveira da Silva Ferreira

- ◆ Os contratos de patrocínio com o Estado como forma de fomento ao turismo no país
Erick Tavares Ribeiro

- ◆ A eficiência administrativa na pactuação de Acordo de Níveis de Serviço
Gustavo Henrique Campos dos Santos, Josiane Vidal Vimieiro

- ◆ Do direito subjetivo à contratação do adjudicatário após o procedimento licitatório
João Martins Teixeira Barbosa

Direto ao ponto

- ◆ Rescisão de contratos administrativos: cautelas necessárias

Melhores Práticas em Gestão Pública

- ◆ Atas de registro de preço e nova regência normativa

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
Licitação – Contratação pública – Rescisão – Concessão – Saneamento básico – Municípios – Organização autônoma de serviços de água e esgoto – Rompimento do ajuste – Indenização – Projeção no tempo

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Processual Civil – Administrativo – Ação de cobrança – Contrato verbal – Serviços efetivamente prestados à sociedade de economia mista – Inexistência de contratação formal – Exigência de pagamento dos serviços prestados – Vedação ao enriquecimento ilícito

◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Administrativo – Licitação – Pregão eletrônico – Desistência da proposta após habilitação – Ausência de justo motivo – Aplicação de penalidade – Art. 43, §6º, da Lei nº 8.666/93 – Possibilidade

◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Tributário – Mandado de segurança – Importação de equipamentos de uso médico-hospitalar – Pregão internacional do tipo menor preço – Contrato – Imunidade afastada – Apuração de similaridade pelo DECEX em momento anterior à importação

Tribunal de Contas da União

Auditoria operacional – Gestão de recursos federais – Organização social – Contrato de gestão – Convênio e Congêneres – Aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde – Controle externo – Sujeição à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União – Manutenção dos recursos financeiros em instituição bancária oficial - Art. 116, §4º, da Lei nº 8.666/93 – Não incidência – Contratação direta de serviços advocatícios – Hipóteses de inexigibilidade

Consultas - Tribunais de Contas

◆ **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

Consulta – Licitação – Processo de contratação pública – Estimativa do custo do objeto e indicação do critério de aceitabilidade dos preços – Imprescindibilidade de pesquisa de preços – Pesquisa baseada em instrumento idôneo – Contratação de empresa especializada em banco de preços – Possibilidade

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**

Consulta – Contratação de serviços médico-hospitalares – Hospitais privados e filantrópicos – SUS – Entidades filantrópicas e sem fins lucrativos – Tratamento preferencial – Legislação vigente – Doutrina – Jurisprudência

Ementário

- ◆ Contratação Direta
- ◆ Contrato Administrativo
- ◆ Controle Interno e Externo
- ◆ Convênio
- ◆ Licitação

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Concessão e Permissão
- ◆ Contratação Direta
- ◆ Licitação

Legislação Comentada

- ◆ Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 58)

Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação